

SUMÁRIO

1 – NOVO PROCEDIMENTO DA PRIMEIRA FASE DO JÚRI	3
1.1 – Recebimento da denúncia e defesa – linhas gerais	4
1.2 – Providências acautelatórias da citação e obrigatoriedade da defesa preliminar	4
1.3 – O prazo para a defesa	5
1.4 – Conteúdo da defesa	6
2 – A ATUAÇÃO DA EXCEÇÃO EM APARTADO	8
2.1 – A exceção e seu processamento	8
2.2 – O momento para a apresentação da exceção	8
2.3 – As exceções e a suspensão do processo	9
3 – A NOVA DEFESA PRÉVIA	11
3.1 – A nova defesa prévia – Obrigatoriedade	11
3.2 – Aplicação da absolvição sumária prevista no artigo 397 do CPP	12
4 – PRAZO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA	13
4.1 - Prazo para a realização da prova	13
4.2 – Violação do prazo e suas conseqüências	14
5 – AUDIÊNCIA UNA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO	15
5.1 – Realização da audiência una de instrução e julgamento e hipótese de cisão da audiência	16
5.1.2 – Imprescindibilidade – significado	17
5.1.3 – Sentenciamento do feito sem colheita da prova prescindível	18

5.2 – Ordem dos atos em audiência	19
5.2.1 – Oitiva dos peritos e providências preliminares	21
5.2.2 – Assistentes técnicos	21
5.2.3 – Oitiva do acusado ao final e a retirada do réu da sala de audiências	23
5.2.4 – Testemunha ausente. Oitiva das que estiverem presentes	24
5.2.5 – Liberdade probatória. Limites	25
5.2.6 – Fase prévia aos debates orais: a adequação da imputação	26
5.2.7 – Debates orais e julgamento	27
6 – PRAZO PARA SENTENCIAMENTO DO FEITO	30
6.1 – Prazo para conclusão do procedimento	30
6.1.1 – Extensão do prazo de 90 dias para o procedimento comum ordinário e para ritos especiais	31
7 – PRONÚNCIA	32
7.1 – Sentença. Pronúncia: conteúdo e forma	32
7.2 – Pronúncia. Prisão e liberdade	34
8 – IMPRONÚNCIA	35
8.1 – Impronúncia	35
9 – ABSOLVIÇÃO	37
9.1 – Absolvição sumária	37
9.2 – Prova da inexistência do fato	37
9.3 – Prova da inocência	38
9.3.1 – Reflexos da prova da inocência nas esferas cível e administrativa	39
9.4 – Atipicidade da conduta	39
9.5 – Presença de excludentes	40
9.6 – Reexame necessário	41
10 – RECURSO CABÍVEL CONTRA IMPRONÚNCIA E ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA	42
11 – PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS NÃO ABRANGIDAS PELA IMPUTAÇÃO	42
12 – EMENDATIO LIBELLI	44
13 – DESCLASSIFICAÇÃO	45

14 – INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA	47
15 – INÍCIO DA SEGUNDA FASE DO JÚRI	49
15.1 – Encaminhamento dos autos para o Juiz Presidente e supressão do libelo crime acusatório	50
15.2 – Pronúncia e Recursos Extraordinários	50
15.3 – Alteração superveniente dos fatos	51
16 – MEIOS DE PROVA EM PLENÁRIO.....	52
16.1 – Generalidades	52
17 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO JULGAMENTO E SANEAMENTO DO FEITO	53
18 – ATRIBUIÇÃO PARA O PREPARO PARA JULGAMENTO.....	55
19 – ALISTAMENTO DE JURADOS	56
20 – PUBLICIDADE DA LISTA ANUAL DE JURADOS	58
21 – DESAFORAMENTO	60
21.1 – Pedido de desaforamento por excesso de serviço	64
21.2 – Excesso de prazo e desaforamento	64
21.3 – Excesso de prazo, desaforamento e réu preso	65
22 – ORDEM DE JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI	66
23 – PARTICIPAÇÃO DO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO EM PLENÁRIO	67
24 – PREPARAÇÃO ADMINISTRATIVA DO JULGAMENTO	68
25 – SORTEIO DOS JURADOS QUE ATUARÃO NA REUNIÃO PERIÓDICA	68
26 – SORTEIO DOS JURADOS: FORMALIDADES	69
27 – INTIMAÇÃO DOS JURADOS	70
28 – PUBLICIDADE DOS JURADOS CONVOCADOS	71
29 – OBRIGATORIEDADE DO SERVIÇO DO JÚRI	71
30 – ISENÇÃO DO SERVIÇO DO JÚRI	72
31 – RECUA AO SERVIÇO DO JÚRI E PRESTAÇÃO ALTERNATIVA	74
32 – VANTAGENS TRAZIDAS PELO EXERCÍCIO EFETIVO DA FUNÇÃO DE JURADO.....	75
33 – VANTAGENS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JURADO: PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES	76

34 – DESCONTO EM VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS JURADOS	76
35 – JURADO QUE DEIXA DE COMPARECER	77
36 – JURADO QUE SE RETIRA ANTES DE DISPENSADO	78
37 – DISPENSA DO JURADO	78
38 – RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS JURADOS	79
39 – RESPONSABILIDADE DOS SUPLENTEs	80
40 – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI	80
41 – IMPEDIMENTOS SUBJETIVOS DOS JURADOS	81
42 – IMPEDIMENTOS OBJETIVOS DOS JURADOS	82
43 – IMPEDIMENTOS SUBJETIVOS: A ESCOLHA DO JURADO A FUNCIONAR NOS AUTOS	84
44 – NÚMERO LEGAL E JURADOS IMPEDIDOS	84
45 – CONHECIMENTO DE MAIS DE UM PROCESSO PELO MESMO CONSELHO	85
46 – REUNIÃO PERIÓDICA DO TRIBUNAL DO JÚRI	85
47 – CASOS DE ISENÇÃO E DISPENSA DOS JURADOS	86
48 – AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO JULGAMENTO	86
49 – AUSÊNCIA DO ADVOGADO NO JULGAMENTO	88
50 – AUSÊNCIA DO ACUSADO NO JULGAMENTO	89
50.1 Ausência do acusado solto	89
50.2 – Ausência do acusado e julgamento	90
50.3 – Ausência do acusado preso e concordância com a realização do julgamento	91
50.4 – Extensão do parágrafo 2º ao réu solto	91
51 – AUSÊNCIA DA TESTEMUNHA PRESCINDÍVEL / SANÇÃO PARA TESTEMUNHAS	93
52 – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTOS PARA AS TESTEMUNHAS	94
53 – SEPARAÇÃO DAS TESTEMUNHAS	94
54 – AUSÊNCIA DE TESTEMUNHA IMPRESCINDÍVEL	95
55 – CONFERÊNCIA DAS CÉDULAS	96
56 – INSTALAÇÃO E PREGÃO	96
57 – AUSÊNCIA DO NÚMERO LEGAL DE JURADOS	97
58 – PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS QUANTO AOS SUPLENTEs	98

59 – AVISO AOS JURADOS	99
60 – SORTEIO DO CONSELHO DE SENTENÇA	100
61 – RECUSAS IMOTIVADAS DE JURADOS	100
62 – RECUSAS NO CASO DE CO-RÉUS E SEPARAÇÃO DE JULGAMENTOS	101
62.1 – Recusa no caso de co-réus	101
63 – ARGÜIÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE EM PLENÁRIO	102
64 – ESTOURO DE URNA	102
65 – JURAMENTO	103
66 – INÍCIO DO PLENÁRIO E COLHEITA DA PROVA	104
66.1 – Seqüência de atos probatórios em Plenário	105
66.2 – Ordem das perguntas e o tormentoso problema da <i>cross examination</i>	105
66.3 – Leitura de peças em Plenário	107
66.4 – Esclarecimentos dos peritos	108
67 – INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	109
67.1 – Interrogatório: natureza jurídica e procedimento para sua tomada	109
67.2 – Uso de algemas em Plenário	111
68 – REGISTRO DOS ATOS PRODUZIDOS EM PLENÁRIO	111
69 – DEBATES EM PLENÁRIO	112
69.1 – Ordem dos debates	113
69.2 – Conteúdo da acusação e da defesa em Plenário	113
69.3 – Reinquirição de testemunhas	115
70 – TEMPO DESTINADO AOS DEBATES ORAIS	116
71 – VEDAÇÕES DURANTE O PLENÁRIO	117
71.1 – Menção à pronúncia e algemas	117
71.2 – Menção ao uso de algemas	118
71.3 – Menção ao silêncio em prejuízo do acusado	119
72 – REGRA TEMPORAL PARA A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EM PLENÁRIO	120
72.1 – Regra temporal da juntada de documentos	120
72.2 – Momento para a exibição em Plenário	121

73 – CONFIRMAÇÃO DE ALEGAÇÃO E ENCERRAMENTO DOS DEBATES	122
73.1 – Confirmação de alegação	122
73.2 – Providências após o encerramento dos debates	123
74 – VERIFICAÇÃO DE FATO SURGIDO EM PLENÁRIO	123
75 – ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA E REGRAS DE QUESITAÇÃO	124
76 – ELABORAÇÃO DOS QUESITOS – ORDEM E FORMA	126
76.1 – Generalidades e críticas	128
76.2 – A materialidade do fato	129
76.3 – Autoria ou participação	130
76.4 – Desclassificação da infração	130
76.5 – Crime tentado e desistência voluntária	131
76.6 – Dúvidas acerca da tipicidade do crime doloso contra a vida	131
76.7 – Absolvição e Condenação	133
76.8 – Causas de aumento, qualificadoras, causas de diminuição e atenuantes	134
76.9 – Quesitos em série	135
76.10 – Absolvição imprópria	135
76.11 – Votação majoritária	136
77 – LEITURA DOS QUESITOS	137
78 – SALA SECRETA	138
79 – DISTRIBUIÇÃO DAS CÉDULAS	139
80 – VOTAÇÃO: PROCEDIMENTO	139
81 – DOCUMENTAÇÃO DO RESULTADO E CONFERÊNCIA	140
82 – DECISÃO MAJORITÁRIA	140
83 – CONTRADIÇÃO ENTRE RESPOSTAS E QUESITOS PREJUDICADOS	141
84 – PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS APÓS O ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO	142
85 – A SENTENÇA E SEUS CRITÉRIOS	142
85.1 – Sentença condenatória	144
85.2 – Sentença absolutória	145

85.3 – Desclassificação em Plenário	145
85.4 – Desclassificação e crime conexo	145
86 – LEITURA DA SENTENÇA	146
87 – ELABORAÇÃO DA ATA	146
88 – CONTEÚDO DA ATA	146
89 – FALTA DE ATA E SANÇÕES	148
90 – ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE	149
90.1 – Atribuições do Juiz Presidente	151
90.2 – Apartes	151
CAPÍTULO FINAL – QUESTÕES DE DIREITO INTERTEMPORAL	153
1 – ASPECTOS GERAIS E DISCUSSÕES DOUTRINÁRIAS	153
2 – PROCEDIMENTO	155
3 – RECURSOS	156
3.1 – Protesto por novo júri	157
4 – QUESITAÇÃO	158
BIBLIOGRAFIA	159